

### **Atividade 3 - Metodologia**

**Aluno: César Augusto Marx**

#### **1. Título:**

A utilização dos parâmetros de avaliação dos programas de integridade da Lei Anticorrupção Brasileira como critérios de efetividade das políticas anticorrupção.

#### **2. Objetivo do artigo:**

Verificar a aderência dos programas de integridade da Administração Pública Federal aos parâmetros de avaliação estabelecidos na legislação nacional e sua relação com o aumento ou redução de denúncias, investigações e punições relacionados a questões éticas e de corrupção, a fim de analisar se o atendimento a esses parâmetros constituiu um critério suficiente para comprovar a efetividade dos programas de integridade.

#### **3. Veículo escolhido**

Nome: Revista de Direito GV

Editora: Fundação Getúlio Vargas

ISSN: 2317-6172

Área de Avaliação: Direito

Qualis: A1

#### 4. Metodologia

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso múltiplo de natureza descritiva para analisar a aderência dos programas de integridade pública em órgãos da administração pública federal aos critérios de avaliação de programas de integridade utilizados por organismos internacionais e pela legislação brasileira.

Para elaboração do método de avaliação foram pesquisados trabalhos que realizam avaliação de programas de integridade ou compliance para se verificar como essas avaliações são realizadas. Verificou-se que a avaliação de programas de integridade é realizada a partir da análise do atendimento de critérios que comprovam que o programa apresenta os mecanismos necessários ao seu efetivo funcionamento.

No plano internacional, são utilizadas as diretrizes para avaliação de efetividade de programas de compliance estabelecidos pelo Departamento de Justiça dos Estado Unidos que publicou o guia *Evaluation of Corporate Compliance Programs*. Esse guia influenciou a definição dos quinze parâmetros de avaliação de programas de integridade estabelecidos no decreto de regulamentação da lei anticorrupção.

Dos quinze parâmetros, dois foram excluídos na presente pesquisa, pois referem-se a especificidades de empresas privadas, como registros contábeis e reestruturações societárias. Por outro lado, decidiu-se dividir o parâmetro treinamento e ações de comunicação em duas análises separadas, o que resultou em quatorze parâmetros de avaliação. Essa separação entre treinamento e ações de comunicação foi verificada na avaliação realizadas pelo Projeto Empresa Pró-Ética. Estudo similar realizado por Barreto e Vieira (2021), adotaram apenas doze parâmetros de avaliação da efetividade dos programas de integridade no setor público. (Barreto e Vieira, 2021, p.451).

Os quatorze parâmetros foram reunidos numa planilha contendo questões que demonstram os elementos que devem ser identificados nos documentos do órgão para comprovar seu atendimento. Essas planilhas foram elaboradas com base em planilhas disponibilizadas nos modelos de avaliação do Projeto Pró-ética e nas avaliações de programas de integridade de empresas que estão sujeitas a processo administrativo de responsabilização, ambos de autoria da Controladoria Geral da União. Nas planilhas foram incluídas apenas questões que pudessem ser analisadas com base em fontes documentais disponíveis no site dos ministérios, como o plano de integridade, política de

integridade, política de gestão de riscos, portarias ministeriais e comunicações do ministério sobre ações de integridade.

Para definição da amostra de ministérios que seriam objeto do estudo foram considerados os seguintes critérios:

- 1) ser órgão integrante da administração pública federal direta, ou seja, possuir natureza jurídica de direito público;
- 2) ser órgão responsável pela coordenação de política pública setorial, ou seja, coordenar política pública finalística envolvendo serviços públicos prestados ao cidadão;
- 3) estabilidade organizacional, ou seja, possuir estrutura organizacional estável desde 2019, quando tornou-se obrigatória a implementação de programas de integridade nos órgãos e entidades da administração pública federal). Essa estabilidade refere-se a não fusão com outros órgãos.

Com base nesses critérios foram selecionados os seguintes Ministérios:

- a) Ministério da Educação;
- b) Ministério do Meio Ambiente;
- c) Ministério das Minas e Energia;
- d) Ministério da Saúde;
- e) Ministério do Turismo.

Além da análise de documentos referentes aos programas de integridade, para cada um desses ministérios foram levantados os dados estatísticos referentes ao número de denúncias, investigações e punições ocorridas a partir da implementação dos programas de integridade referentes a crimes e assédio, coletados no site “Painel Resolveu” da CGU e em relatórios de gestão publicados nos sites dos ministérios.

A análise das questões irá demonstrar o grau de aderência dos programas aos critérios de avaliação definidos pela legislação. Posteriormente, será feito o comparativo entre o grau de aderência do programa e o aumento do número de denúncias, investigações e punições, a fim de se estabelecer uma correlação entre aderência do programa de integridade aos critérios de efetividade e o aumento de denúncias, investigações e punições relacionadas a corrupção e desvios éticos.

## 1. Referências Bibliografias

ABREU, W. M. de; & GOMES, R. C. (2021). Transparência fiscal explica a percepção da corrupção, mas Democracia importa! Revista de Contabilidade e Organizações, 15:e182094. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.182094>

ARRETCHE, Marta. Tendencias no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Ano i nº 01 Julho a Dezembro/2013.

BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza; VIEIRA, James Batista. Os programas de integridade pública no Brasil: indicadores e desafios. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Se. 2021.

BAZO, Andressa Loli; TOJAL, Tarcila Fonseca. Lei Anticorrupção: Direito Administrativo Sancionador e sua interfase com o direito penal. Revista de Direito Penal e Compliance, vol. 1/2020, p. 165-184, jan – mar/2020.

BRASIL. Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade em PAR. Brasília, DF: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual-pratico-integridade-par.pdf> Acesso em 28/08/2023.

CASTRO, Leonardo Bellini de. A lei Anticorrupção e a busca de sua integridade sancionatória. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, vol. 6, n. 21, abr/jun 2022.

CASTRO, Patrícia Reis; AMARAL, Juliana Ventura; GUERREIRO, Reinaldo. Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, v. 30, n. 80, p. 186-201, mai./ago. 2019.

COELHO, Cláudio Carneiro Bezerra Pinto. Compliance na administração pública: uma necessidade para o Brasil. RDFG – Revista de Direito da Faculdade Guanambi, v. 3, n. 1, 2017, pag. 75-95

CONSERINO, Cassio Roberto; BONVICINO, João Rodrigues da Costa. Deveres e responsabilidades do *chief compliance officer* na condução de investigações internas, à

luz dos programas de integridade. *Revista de Direito Penal Econômico e Compliance*, vol. 4/2020, p. 31-59, out-dez/2020

DAVIS, Kevin E. Anti-corruption Law and Systemic Corruption: The Role of Direct Responses. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 2021, e2129. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202129>

FILHO, Dermeval Farias Gomes; MILANI, Luisa Villar de Queiroz. Criminal compliance: responsabilidade penal por omissão do compliance officer. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.2, p.12961-12996 feb. 2021, Disponível em <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24269/19408> . Acesso em 01/05/2022.

SANTOS, Fernando Silva Moreira dos; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. A nova realidade brasileira de necessidade de programas de integridade das pessoas jurídicas licitantes em processos licitatórios da administração pública. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 11, n. 3. P. 226-241, 2021.

VIEIRA, K. M., VISENTINI, M. S., & CUNHA, R. T. (2022). Construção e validação de uma escala de percepção da corrupção ao nível do cidadão. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(4), 452–469. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210173>